



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

TARDE

TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA PROVA OBJETIVA E PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 2 – VERDE



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo oitenta questões objetivas e uma questão discursiva, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas para a marcação das alternativas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação das alternativas na folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da resposta da questão discursiva para o caderno de textos definitivos
- **2 horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de provas
- Assinar ou rubricar o caderno de textos definitivos nem fazer qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal de sala**, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos da questão discursiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados na folha para a marcação das respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de provas com cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha para a marcação das respostas das questões objetivas e/ou em seu caderno de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova discursiva é de sua responsabilidade, e, em caso de erro, não será permitida a substituição da folha de respostas e/ou do caderno de textos definitivos
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e as transcrições no caderno de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

1

Nas frases abaixo há duas formas sublinhadas, sendo a segunda uma forma abreviada da primeira. A opção em que essa forma abreviada se mostra INADEQUADA é:

- (A) Na cidade havia um estacionamento especial para motocicletas e muitas motós ficavam ali todo o dia;
- (B) Os automóveis foram criados há mais de um século e hoje os autos são uma atração à parte nas cidades;
- (C) Houve uma festança na comemoração do aniversário da cidade e a população vai lembrar-se dessa feira por anos;
- (D) Os filmes que envolvem pornografia são parcialmente proibidos, mas a indústria de filmes pornô continua firme;
- (E) A poliomielite foi extinta no Brasil há alguns anos, mas alguns casos de pólio reapareceram há pouco.

2

Em todas as frases abaixo há uma locução introduzida pela preposição “sem”; a frase em que a substituição proposta é adequada é:

- (A) É grande loucura querer ser sábio sem auxílio. / isolado;
- (B) A alma sem objetivo perde-se no mundo. / desinteressada;
- (C) Com o roubo ficou completamente sem dinheiro. / carente;
- (D) Estar sem fome é sinal de desequilíbrio físico. / inapetente;
- (E) Um casal sem filhos parece infeliz. / órfão.

3

O segmento narrativo abaixo que NÃO mostra qualquer interferência do narrador no que é narrado é:

- (A) Os bons alunos entraram na sala rapidamente, escolhendo as carteiras mais favoráveis, próximas ao professor, para que não perdessem as valiosas explicações;
- (B) Os agricultores retiraram as pragas das plantas, regaram o terreno e procuraram descobrir onde se localizavam as tocas dos gambás que comeram as frutas na noite anterior;
- (C) Os meninos, ansiosos, seguiam a história que lhes era narrada pelo avô, torcendo para que o bravo herói escapasse dos perigos;
- (D) As minas, cuidadosamente espalhadas pelo terreno, certamente causariam muitas mortes no exército inimigo;
- (E) A faxineira, detalhadamente instruída pela dona da casa, procurou retirar todas as marcas da parede e dos móveis, certa de que isso agradaria aos patrões.

4

A frase abaixo em que houve troca indevida entre “afim” e “a fim” é:

- (A) A gente distorce a forma a fim de criar espaço;
- (B) O governo não está a fim de recuperar a popularidade;
- (C) O STF não fica a fim do Palácio do Planalto;
- (D) O Congresso não parece a fim de aprovar esse projeto;
- (E) A fim de mudar a lei, todos os partidos se movimentaram.

5

Entre as frases abaixo – do livro “A Cidade e as Serras”, de Eça de Queiroz –, aquela em que a forma sublinhada está mal-empregada é:

- (A) “Quando um Sol que não avisto, nunca avistarei, morre de inanição nas profundidades, esse esguio galho de limoeiro, em baixo na horta, sente um secreto arrepio de morte...”;
- (B) “– Então o sr. D. Jacinto?... O sr. D. Jacinto andava lá para debaixo, com o Silvério e com o Melchior, nos campos de Freixomil...”;
- (C) “– Ando aí pelas terras desde o romper de alva! Pesquei já hoje quatro trutas magníficas... Lá embaixo, no Naves, um riachote que se atira pelo vale de Seranda... temos logo ao jantar essas trutas!”;
- (D) “E aqui está o que decidi, depois de pensar. Mandei arranjar tantos caixões de chumbo, quantas as caveiras que se apanharam lá embaixo na Carriça, entre o lixo e o pedregulho”;
- (E) “E não houve mais pássaro que cantasse, e os arroios fugiram para debaixo das ervas, com um lento murmúrio de choro”.

6

Sabendo que o texto argumentativo é aquele que apresenta razões para defender ou atacar uma opinião ou tese, com a finalidade de convencer alguém sobre algo, o segmento abaixo que pode ser classificado como argumentativo, pois mostra uma tese e argumentos, é:

- (A) A educação é a chave de todas as portas, como já dizia um sábio latino.
- (B) A Quinta Sinfonia de Beethoven é uma orgia de sons invulgares.
- (C) Quantas pessoas têm bom ouvido para a Literatura, mas que, ao cantar, desentoam.
- (D) Nem sempre os grandes escritores são bons escritores.
- (E) A arte não é uma coisa e sim um caminho.

7

A oração adversativa abaixo sublinhada que estabelece entre os segmentos indicados uma relação de real oposição é:

- (A) Sejam numerosas as tuas relações, mas os teus conselheiros, um entre mil;
- (B) Não é sábio quem sabe muitas coisas, mas quem sabe coisas úteis;
- (C) A beleza é uma letra que se vence à vista, mas a sabedoria tem o seu vencimento a prazo;
- (D) Muitos recebem conselhos, mas só os sábios os aproveitam;
- (E) Os sábios descreem, mas os tolos creem.

8

“Trancado na parte de cima do armário, podia ver pela fresta entre as portas o homem que entrara no quarto: era baixo, gordo e com muita barba, malcuidada. Trazia na mão um tipo de revólver estranho, que eu desconhecia... Algumas vezes eu o perdia de vista, pois pelas frestas estreitas não era possível ver todo o quarto”.

Nesse texto, a descrição dos objetos da cena é prejudicada pelas seguintes limitações do observador:

- (A) limitação física e limitação psicológica;
- (B) limitação psicológica e limitação do próprio objeto;
- (C) limitação do objeto e limitação de conhecimento;
- (D) limitação de conhecimento e limitação física;
- (E) limitação psicológica e limitação de posicionamento.

9

Verbos abundantes são aqueles que possuem mais de uma forma de valor equivalente, o que ocorre principalmente no participio.

A alternativa que mostra uma forma INADEQUADA de participio é:

- (A) matar / matado e morto;
- (B) morrer / morrido e morto;
- (C) soltar / soltado e solto;
- (D) suspender / suspenso e suspenso;
- (E) romper / rompido e ruído.

10

Todas as frases abaixo mostram um adjetivo sublinhado; a frase em que esse adjetivo tem valor de qualidade é:

- (A) Trabalhamos com o propósito de tornar nossos produtos obsoletos, antes que nossos concorrentes o façam;
- (B) Quando você contrata pessoas mais inteligentes que você, prova que é mais inteligente que elas;
- (C) O protesto papal ocorreu num momento de turbulência política na Igreja;
- (D) Os processos demorados tiram a credibilidade do sistema judiciário;
- (E) Na inflação capitalista, os preços sobem; na inflação socialista, os produtos somem.

11

Entre as frases abaixo, aquela que mostra repetição por meio do paralelismo sintático, isto é, a repetição de uma mesma estrutura, é:

- (A) Quando o governo não consegue conciliar governo e povo, nessa hora o governo deve dissolver o povo;
- (B) O inimigo avança, nós recuamos; o inimigo acampa, nós acoosamos; o inimigo se cansa, nós atacamos; o inimigo recua, nós perseguimos;
- (C) Dois exércitos que combatem são um grande exército que se suicida;
- (D) O que sabe governar sempre encontra os que sabem obedecer;
- (E) Ainda não é o fim, tampouco o começo do fim, mas é com certeza o fim do começo.

12

A frase abaixo em que houve ERRO no emprego da forma “há”, em lugar de “a”, é:

- (A) Não há nenhuma casa como a nossa;
- (B) Será que não há nada claro e direto na vida, como veem as crianças?
- (C) Sem elegância no coração, não há elegância;
- (D) A casa ficava há uma distância de vinte metros;
- (E) Ainda não encontrei o homem certo, pois há poucos homens bons para muitas mulheres boas.

13

A frase em que as palavras sublinhadas repetidas mostram significados diferentes é:

- (A) No Brasil é igual lá em casa: quem fala não manda e quem manda não fala;
- (B) Uma batalha perdida é uma batalha que se crê perdida;
- (C) A guerra é a guerra dos homens; a paz é a guerra das ideias;
- (D) Nas crises políticas, para o homem honrado, o mais difícil não é cumprir o seu dever e sim saber qual é esse dever;
- (E) Um refugiado africano precisa de menos calorias e menos roupas do que um refugiado de Kosovo?

14

Observe a seguinte frase:

“A UERJ é uma grande universidade e está entre as melhores do país, segundo as pesquisas”.

A afirmativa correta sobre os componentes ou estrutura dessa frase é:

- (A) a leitura dessa sigla tanto pode ser feita por soletração como pode ser feita como um vocábulo;
- (B) toda sigla incluída num texto deve ser desenvolvida entre parênteses, colocados após o seu emprego;
- (C) nessa sigla deveriam ser colocados pontos após cada letra maiúscula;
- (D) essa sigla deveria incluir outras letras para torná-la mais facilmente pronunciável;
- (E) caso houvesse necessidade de separação silábica da sigla ao final de uma linha, a única forma possível seria UE-RJ.

15

A frase em que a substituição da oração reduzida sublinhada por uma oração desenvolvida de mesmo significado foi feita de forma adequada é:

- (A) Sirvo-me dos animais para instruir os homens. / Sirvo-me dos animais para a instrução dos homens;
- (B) A ave julga prestar um serviço ao peixe ao erguê-lo no ar. / A ave julga que prestou um serviço ao peixe ao erguê-lo no ar;
- (C) A flor não nasceu para decorar a casa, embora o morador pense o contrário. / A flor não nasceu para a decoração da casa, embora o morador pense o contrário;
- (D) Todas as coisas são difíceis antes de se tornarem fáceis. / Todas as coisas são difíceis antes de que se tornassem fáceis;
- (E) A vida que esse povo viveu não o deixou viver. / A vida que esse povo viveu não deixou que ele vivesse.

16

A tradução de uma passagem bíblica mostra o seguinte texto: “Se alguém não vos recebe e não dá ouvidos a vossas palavras, sai daquela casa ou daquela cidade e sacudi o pó de vossos pés”.

A afirmação correta sobre a estruturação desse fragmento textual é:

- (A) a forma verbal correta do verbo “sacudir” seria “sacode”;
- (B) os vocábulos “vos”, “vossas”, “sai” e “sacudi” estão alinhados com o pronome “vós”;
- (C) o termo “daquela casa ou daquela cidade” não mostra um antecedente explícito;
- (D) as ações de não receber e não dar ouvidos mostra uma atitude de desconhecimento da mensagem a ser transmitida;
- (E) a ação de sacudir o pó dos pés indica a preocupação básica com a higiene por parte dos peregrinos.

17

“É preciso ser racional no estudo das questões ambientais. Ou então uma usina vai deixar de ser construída porque há morcegos na caverna”.

Sobre a significação e estruturação dessa frase, a afirmativa correta é:

- (A) a frase defende a ideia de que o meio ambiente deve ser preservado acima de tudo;
- (B) “ser racional”, segundo o texto, é priorizar as questões econômicas sobre as ambientais;
- (C) a existência de morcegos numa caverna é vista como uma causa justa da não construção de uma usina;
- (D) as questões ambientais, segundo a frase, devem ser tratadas dentro de uma visão ambientalista;
- (E) a usina é vista na frase como símbolo de progresso enquanto os morcegos são considerados como obstáculos a esse progresso.

18

O célebre orador Padre Antônio Vieira disse certa vez: “Nós somos o que fazemos. O que não se faz não existe. Portanto, só existimos nos dias em que fazemos. Nos dias em que não fazemos, apenas duramos”.

A afirmação correta sobre a estruturação e significação desse fragmento textual é:

- (A) “existir” e “durar” correspondem, respectivamente, a uma vida inútil e útil;
- (B) o texto incentiva os ouvintes a praticarem o bem através de ações positivas;
- (C) a frase “O que não se faz não existe” é uma redundância óbvia, podendo ser retirada, sem prejuízo, do texto;
- (D) a consequência do que é dito pelo orador é que todos nós somos frutos de nossas obras;
- (E) os dois últimos períodos da frase mostram uma explicação dos períodos anteriores.

19

Há uma série de indicações defendidas para a elaboração de bons textos. A frase abaixo que difere das demais quanto à qualidade textual defendida é:

- (A) Sê breve em teus raciocínios, que a ninguém agrada seres longo;
- (B) Pense duas vezes antes de não dizer nada;
- (C) Um de nossos estadistas disse que a maldição deste país são as pessoas demasiadamente eloquentes;
- (D) Para o sábio, bastam poucas palavras;
- (E) Entre duas construções, escolha sempre a mais simples. Entre duas palavras, escolha sempre a mais curta.

20

Em muitas frases, a expressão “é que” só tem valor enfático, não participando da estruturação sintática da frase; a opção abaixo em que essa expressão tem valor enfático é:

- (A) Não passa o tempo: nós é que mudamos!
- (B) O que a história nos ensina é que a história não ensina nada;
- (C) O diabo é que ele também quase que não se aguentava nas pernas e sentia os olhos a fecharem-se-lhe de cansaço;
- (D) E o fato é que aquelas três casinhas, tão engenhosamente construídas, foram o ponto de partida do grande cortiço de São Romão;
- (E) Só lhe digo é que muito mal se sairá quem quiser meter-se cá com a minha vida!

Raciocínio Lógico e Matemático

21

Uma fábrica vende seu produto em embalagens de dois tamanhos. Depois de completamente cheias, as menores pesam 6 kg e as maiores pesam 11 kg. Em um transporte, o peso total de várias embalagens cheias foi de 190 kg.

O menor número possível de embalagens transportadas foi:

- (A) 19;
- (B) 20;
- (C) 21;
- (D) 22;
- (E) 23.

22

Augusto, Breno, Caio e Diego deverão formar uma fila, mas Augusto não quer ser o primeiro e Diego não quer ser o último.

O número de filas possíveis é:

- (A) 8;
- (B) 10;
- (C) 12;
- (D) 14;
- (E) 16;

23

Uma moeda é tal que, a cada vez que ela é lançada, a probabilidade de sair “cara” é igual a $\frac{2}{5}$. Essa moeda é lançada 3 vezes.

A probabilidade de que saia “cara” pelo menos uma vez é:

- (A) $\frac{98}{125}$;
- (B) $\frac{54}{125}$;
- (C) $\frac{50}{125}$;
- (D) $\frac{27}{125}$;
- (E) $\frac{18}{125}$.

24

Sabe-se que o número $N = \frac{3x-18}{4}$ é um número inteiro maior do que 0 (zero) e que x também é um número inteiro maior do que 0 (zero).

A soma dos algarismos do menor valor possível para x é:

- (A) 1;
- (B) 2;
- (C) 3;
- (D) 4;
- (E) 5.

25

Em um supermercado, uma lata de certo produto foi anunciada com preço em oferta:



O valor do desconto é, aproximadamente, de:

- (A) 45%;
- (B) 54%;
- (C) 60%;
- (D) 64%;
- (E) 69%.

26

Considere o conjunto de sete medidas 12, X, 7, 5, 7, 15, 14, onde X é um número natural. Sabe-se que a moda é única e que a mediana é 3 unidades maior do que a moda.

A soma da mediana com a média é:

- (A) 10;
- (B) 17;
- (C) 20;
- (D) 22;
- (E) 27.

Noções de Sustentabilidade

27

A Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009) é um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos para promover o desenvolvimento sustentável e mitigar os impactos das mudanças climáticas no Brasil.

Sobre a Política Nacional sobre Mudança do Clima, é correto afirmar que visa à(ao):

- (A) total eliminação da utilização de combustíveis fósseis;
- (B) paralisação das atividades das empresas que não cumprem suas metas de redução de emissão de gases de efeito estufa;
- (C) remoção dos sumidouros de carbono em território nacional;
- (D) estímulo ao desenvolvimento do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões;
- (E) proteção prioritária do sistema climático em detrimento do desenvolvimento econômico-social.

28

A emissão excessiva de gases de efeito estufa intensifica o efeito estufa, resultando no aquecimento global e em alterações climáticas, razão pela qual é crescente a pressão global pela redução da emissão de tais gases.

De acordo com o conceito trazido pela Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009), a definição “processo, atividade ou mecanismo que remove da atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa” corresponde ao conceito de:

- (A) sumidouro;
- (B) mitigação;
- (C) redução de impacto;
- (D) adaptação;
- (E) sequestro de carbono.

29

Os resíduos sólidos urbanos, quando dispostos irregularmente, podem gerar uma série de impactos negativos ao ambiente, como obstrução de vias e logradouros, assoreamento de rios e proliferação de vetores, entre outros.

De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), os resíduos sólidos urbanos englobam, quanto à origem:

- (A) os resíduos de limpeza de logradouros;
- (B) os resíduos gerados nos serviços de saúde;
- (C) os resíduos gerados nos processos produtivos e instalações industriais;
- (D) o lodo gerado no tratamento da água nas estações de tratamento de água;
- (E) os resíduos gerados nas construções civis, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis.

30

Os atos de natureza contratual, firmados entre o Poder Público e os fabricantes, os importadores, os distribuidores ou os comerciantes, com vistas à implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto, são denominados:

- (A) acordos setoriais;
- (B) termos de ajustamento de conduta;
- (C) compromissos setoriais;
- (D) acordos de logística reversa;
- (E) termos de responsabilidade de logística reversa.

31

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) determina, em seu Art. 51, que “[s]em prejuízo da obrigação de, independentemente da existência de culpa, reparar os danos causados, a ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importe inobservância aos preceitos desta Lei ou de seu regulamento sujeita os infratores às sanções previstas em lei”.

O artigo acima transcrito exemplifica a adoção do princípio da Política Nacional de Resíduos Sólidos conhecido como:

- (A) poluidor pagador;
- (B) princípio da ubiquidade;
- (C) princípio da vedação ao retrocesso ambiental;
- (D) responsabilização subjetiva em matéria de resíduos sólidos;
- (E) responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

32

É um objetivo da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010):

- (A) a priorização da destinação final dos resíduos aos aterros sanitários;
- (B) a responsabilidade integral do poder público no gerenciamento de resíduos sólidos;
- (C) a obrigatoriedade de adoção de matéria-prima reciclável pelos fabricantes;
- (D) a manutenção de lixões a céu aberto, vedada a atividade de catação;
- (E) a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade

33

Sobre as políticas de inclusão da pessoa com deficiência, a partir do disposto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), é correto afirmar que:

- (A) pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de médio ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;
- (B) o exame médico-pericial é um dos componentes da avaliação biopsicossocial da deficiência, a qual deve ser realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar;
- (C) a finalidade protetiva da legislação considera como especialmente vulneráveis as crianças ou adolescentes com deficiência, reservando-se a aplicação de legislação específica às situações da mulher e do idoso;
- (D) a lei veda qualquer forma de discriminação à pessoa com deficiência, mas permite, em virtude de sua especial condição, a cobrança de valores diferenciados por planos e seguros privados de saúde;
- (E) a pessoa com deficiência ou seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria em todas as vezes em que se inscrever nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos.

34

Sobre o conceito de direitos humanos, suas características e seus marcos documentais, é correto afirmar que:

- (A) direitos humanos são aqueles previstos na Constituição e na legislação, enquanto direitos fundamentais são aqueles estabelecidos em convenções e tratados internacionais;
- (B) a Declaração Universal de Direitos Humanos proíbe tortura, tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante, salvo nos casos de terrorismo e necessidade da investigação para proteção da coletividade;
- (C) a Declaração Universal de Direitos Humanos foi elaborada após o advento da Revolução Francesa, em 1789, passando a servir de referência para declarações de direitos nas sociedades ocidentais;
- (D) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis complementares;
- (E) a Declaração Universal de Direitos Humanos garante que todo ser humano vítima de perseguição tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países, salvo em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

35

Em relação às características e natureza dos direitos fundamentais, é correto afirmar que:

- (A) direitos fundamentais são instrumentos de natureza processual e assecuratória que visam a assegurar o respeito devido aos valores constitucionais;
- (B) direitos fundamentais são absolutos, visto que irrenunciáveis pelo titular;
- (C) direitos fundamentais incidem também na relação entre cidadãos e não apenas nas relações com o Estado;
- (D) a indivisibilidade dos direitos fundamentais significa que eles não podem ser objeto de operações de venda, troca, empréstimo ou doação;
- (E) os direitos fundamentais no Brasil são garantidos aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, não se aplicando a estrangeiros não residentes.

36

Em relação às regras legais de promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, é correto afirmar que:

- (A) o planejamento e a urbanização das vias públicas, parques e demais espaços de uso público deverão garantir a acessibilidade para todas as pessoas que se enquadrem ao perfil do local e aos objetivos estabelecidos pelo planejamento urbano municipal;
- (B) os edifícios com mais de um pavimento além do pavimento de acesso, inclusive as habitações unifamiliares, que não estejam obrigados à instalação de elevador, deverão dispor de especificações técnicas e de projeto que facilitem a instalação de um elevador adaptado;
- (C) a instalação de banheiros químicos com unidades acessíveis a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida é obrigatória no caso de eventos em espaços públicos e facultativa para eventos organizados em espaços privados;
- (D) a instalação de qualquer mobiliário urbano em área de circulação comum para pedestre que ofereça risco de acidente à pessoa com deficiência deverá ser indicada mediante sinalização tátil de alerta no piso, de acordo com as normas técnicas pertinentes;
- (E) os semáforos para pedestres instalados nas vias públicas, independentemente da intensidade do fluxo de veículos e da periculosidade da via, deverão estar equipados com mecanismo que emita sinal sonoro ou com mecanismo alternativo que sirva de guia ou orientação para a travessia de pessoas portadoras de deficiência visual.

37

Sobre a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, é correto afirmar que:

- (A) consiste em um plano global de metas e indicadores voltados à construção de um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo;
- (B) é um acordo internacional recepcionado, em cada país signatário, na forma de obrigações e políticas públicas impostas ao respectivo Poder Executivo;
- (C) é composta por dez objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) voltados especificamente à proteção ecológica e ao combate ao aquecimento global;
- (D) é um tratado internacional de direitos humanos por meio do qual os países signatários se comprometem com a preservação do meio ambiente e dos direitos fundamentais;
- (E) prevê a elaboração de políticas públicas de promoção da igualdade entre homens e mulheres, repelindo políticas afirmativas que possam produzir discriminação em prol de um ou outro grupo populacional.

38

Sobre a política de prioridade de atendimento estabelecida pela Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, é correto afirmar que:

- (A) a reserva de assentos às pessoas titulares do direito a atendimento prioritário é facultada às empresas públicas de transporte coletivo, mediante incentivos fiscais;
- (B) os acompanhantes ou atendentes pessoais das pessoas com direito a atendimento prioritário serão atendidos junta e acessoriamente aos titulares da prioridade garantida por lei;
- (C) pessoas com transtorno do espectro autista e pessoas obesas não têm o direito à prioridade de atendimento garantida na lei, podendo a prioridade ser estabelecida por ato próprio da respectiva repartição pública;
- (D) as pessoas com direito à prioridade de atendimento deverão aguardar na fila conforme ordem de chegada, caso não haja postos, caixas, guichês, linhas ou atendentes específicos para a realização do atendimento prioritário;
- (E) pessoas com deficiência, pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 anos e doadores de sangue terão direito a atendimento prioritário conforme a ordem de chegada no estabelecimento.

39

Sobre a capacidade civil da pessoa com deficiência, é correto afirmar que:

- (A) é vedada a esterilização compulsória;
- (B) é restrita a liberdade de casamento e união estável, exigindo-se a concordância da família;
- (C) é restrito o direito à guarda e à adoção, como adotante ou adotado, exigindo-se autorização judicial específica;
- (D) é proibido o exercício de direitos sexuais e reprodutivos, podendo o ato ser caracterizado como crime de estupro de vulnerável;
- (E) é restrito o direito à convivência familiar e comunitária, devendo cada caso ser analisado quanto à segurança da pessoa com deficiência e de seu entorno.

40

A alternativa que corresponde apenas a direitos fundamentais de segunda geração é:

- (A) direito à propriedade e à liberdade religiosa;
- (B) direito à vida e à saúde;
- (C) direito à segurança pública e ao meio-ambiente ecologicamente equilibrado;
- (D) direito à educação e à moradia;
- (E) direito à igualdade e à participação democrática.

Conhecimentos Específicos

41

Lideranças políticas no âmbito do Congresso Nacional iniciaram debates com o objetivo de verificar a possibilidade de ser incorporado, a remuneração regular do servidor público federal, o valor correspondente à função de confiança exercida por uma década de maneira ininterrupta.

Ao fim dos debates, concluíram corretamente que a incorporação, à luz da Constituição da República:

- (A) é matéria afeta ao regime jurídico da categoria, não sendo disciplinada pela Constituição da República;
- (B) é possível, tanto para os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, como para os ocupantes de cargo em comissão;
- (C) é possível, mas apenas para os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, únicos que podem exercer funções de confiança;
- (D) não é possível, tanto para os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, como para os ocupantes de cargo em comissão;
- (E) quando admitida, não pode ensejar que o valor recebido, somado à remuneração regular, supere o teto remuneratório constitucional.

42

Determinado magistrado de primeira instância respondia a processo disciplinar perante o tribunal ao qual estava vinculado. Como, ao seu ver, havia provas favoráveis e outras desfavoráveis à caracterização da infração disciplinar, buscou analisar os aspectos procedimentais que permeariam o julgamento do seu caso, especialmente se o julgamento seria público.

Ao fim de sua análise, o magistrado concluiu corretamente que:

- (A) o processo era sigiloso; logo, o julgamento não poderia ser realizado em sessão pública;
- (B) a decisão disciplinar deveria ser tomada pelo voto da maioria absoluta dos membros do tribunal;
- (C) a decisão disciplinar, de natureza condenatória, deveria ser tomada pela maioria de dois terços dos membros do tribunal;
- (D) a decisão disciplinar, de natureza condenatória ou absolutória, deveria ser tomada por maioria simples dos presentes;
- (E) a decisão disciplinar deveria ser motivada e adotada em sessão pública, observada a maioria qualificada de dois terços dos membros do tribunal.

43

Alan, com dezenove anos de idade, iniciou o serviço militar obrigatório e almejava concorrer ao cargo eletivo de vereador do município Alfa na eleição a ser realizada no fim daquele mesmo ano, antes, portanto, do término do serviço militar.

Ao analisar a Constituição da República, Alan concluiu corretamente que:

- (A) ainda não alcançou a idade mínima para concorrer ao cargo eletivo de vereador;
- (B) em razão da atividade que desempenha, pode votar, mas não pode concorrer ao cargo eletivo almejado;
- (C) apesar da atividade que desempenha, pode votar e ser votado;
- (D) se houver autorização do comandante da unidade militar em que está servindo, pode concorrer na eleição;
- (E) como não pode estar alistado, não tem direitos políticos, o que o impede de votar ou de concorrer na eleição.

44

Maria, deputada estadual junto à Assembleia Legislativa do estado Alfa, almejava apresentar um projeto de lei versando sobre questão afeta ao direito civil. Por tal razão, consultou sua assessoria sobre a possibilidade, ou não, de a lei estadual incursionar nessa matéria.

Foi corretamente esclarecido a Maria que a matéria é de competência legislativa:

- (A) residual, indicativo de que se trata de matéria de competência implícita dos estados e do Distrito Federal;
- (B) privativa da União, o que não obsta o seu exercício pelos estados e pelo Distrito Federal nos termos do disposto em lei ordinária;
- (C) privativa da União, indicativo de que não pode ser exercida pelos estados e pelo Distrito Federal, salvo se houver autorização daquele ente federativo;
- (D) concorrente entre os estados, o Distrito Federal e a União, prevalecendo a lei estadual, em razão da prevalência do interesse local, caso conflite com a lei nacional;
- (E) concorrente entre os estados, o Distrito Federal e a União; logo, a lei estadual pode versar sobre a temática, desde que observadas as normas gerais de caráter nacional.

45

Martin, de nacionalidade alemã, era casado com Joana, de nacionalidade brasileira. O casal morava na Alemanha e, no último ano, Martin faleceu deixando testamento, mas não parentes. Deixou imóveis nos territórios alemão e brasileiro.

A sucessão do imóvel deixado por Martin no território brasileiro será regida:

- (A) necessariamente pela lei alemã;
- (B) necessariamente pela lei brasileira;
- (C) pela lei indicada por Martin no seu testamento;
- (D) pela lei brasileira ou pela lei alemã, conforme opção de Joana;
- (E) pela lei brasileira, desde que a lei alemã não seja mais favorável a Joana.

46

João, parlamentar atuante no Congresso Nacional, solicitou que sua assessoria analisasse os aspectos procedimentais a serem observados para a fixação do subsídio do presidente e do vice-presidente da República.

A assessoria respondeu corretamente que, à luz da Constituição da República, a matéria é de competência:

- (A) exclusiva do Congresso Nacional, o que afasta a exigência de lei;
- (B) da União, podendo ser fixada em medida provisória ou em lei ordinária;
- (C) privativa do Congresso Nacional, devendo ser fixada em lei ordinária, de iniciativa parlamentar;
- (D) exclusiva do Congresso Nacional, sendo assegurado ao presidente da República o poder de veto;
- (E) privativa do Congresso Nacional, devendo ser fixada em lei ordinária, de iniciativa exclusiva do presidente da República.

47

Os atos ordinatórios podem ser compreendidos como aqueles que são editados no exercício do poder hierárquico com o objetivo de disciplinar as relações internas da Administração Pública.

No âmbito de tal espécie de ato administrativo, é correto indicar como exemplo:

- (A) as autorizações;
- (B) os pareceres;
- (C) os avisos;
- (D) as demissões;
- (E) as multas.

48

Diante da necessidade de aprofundar os seus conhecimentos acerca das normas constantes da Lei nº 9.784/1999, Patrícia, em relação ao início do processo do administrativo, verificou corretamente que:

- (A) o processo administrativo não pode ser iniciado de ofício, dependendo de pedido do interessado;
- (B) a lei não pode prever que o requerimento inicial do interessado seja realizado de forma oral;
- (C) os órgãos da Administração não podem elaborar modelos ou formulários padronizados, ainda que para assuntos que importem pretensões equivalentes;
- (D) os requerimentos devem ser formulados individualmente, inclusive quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos;
- (E) a recusa imotivada de recebimento de documentos é vedada à Administração, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.

49

No âmbito da responsabilização por atos de improbidade administrativa, com base na Lei nº 8.429/1992, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, à luz da orientação do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- (A) a natureza penal de tais infrações impõe respeito aos princípios aplicáveis ao direito sancionador no âmbito processual penal;
- (B) as pessoas jurídicas não podem responder na aludida esfera de responsabilização;
- (C) os atos de improbidade que importam em enriquecimento ilícito admitem a modalidade culposa;
- (D) as ações objetivando o ressarcimento ao erário fundadas em ato de improbidade doloso são imprescritíveis;
- (E) a responsabilização de particular com base na norma em questão independe de atuação do agente público.

50

Após as suas respectivas aprovações no concurso público para cargos efetivos de carreira em âmbito federal, Mateus e Maria estavam conversando sobre as distinções atinentes às hipóteses de demissão e de exoneração, razão pela qual passaram a analisar as situações em que a exoneração poderia ocorrer por determinação da Administração Pública.

À luz do disposto na Lei nº 8.112/1990, Mateus e Maria chegaram corretamente à conclusão de que ela será cabível, caso:

- (A) não entrem em exercício nos prazos estabelecidos na norma em comento;
- (B) acumulem ilicitamente cargos públicos;
- (C) cometam infração punível com a penalidade de suspensão;
- (D) realizem ato de incontinência pública ou conduta escandalosa na repartição;
- (E) participem de gerência ou administração de sociedade privada, exceto na qualidade de acionistas, cotistas ou comanditários.

51

Ao analisar a jurisprudência referente ao controle jurisdicional sobre as sanções aplicadas no exercício do poder de polícia, Lucinda verificou a existência de uma postura de autocontenção do Judiciário, notadamente nas situações em que duas ou mais penalidades são previstas dentre aquelas passíveis de serem aplicadas para certa infração.

Nesse contexto, a aludida postura é condizente com atributo do poder de polícia, designado de:

- (A) autoexecutoriedade;
- (B) vinculação;
- (C) coercitividade;
- (D) discricionariedade;
- (E) consensualismo.

52

Em decorrência de sua regular investidura no cargo de técnico judiciário do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Arthur decidiu explorar o disposto no Código de Conduta dos Servidores da Justiça Federal – Resolução nº 147/2011, do Conselho da Justiça Federal.

Nesse contexto, a assertiva que está de acordo com o que está expressamente consagrado na mencionada norma é:

- (A) a conduta dos servidores e gestores do Conselho e da Justiça Federal deverá ser pautada pelos seguintes princípios: legalidade, moralidade, impessoalidade, probidade administrativa e economicidade;
- (B) recursos, espaço e imagem do Conselho e da Justiça Federal poderão ser usados por seus servidores e gestores para atender a interesses pessoais ou políticos;
- (C) quaisquer falhas administrativas cometidas pelos servidores e gestores do Conselho e Justiça Federal serão penalizadas com a sanção de demissão, diante dos princípios que são exigidos de sua conduta;
- (D) linguagem ambígua por parte dos servidores e gestores do Conselho e da Justiça Federal pode ser utilizada no âmbito dos contratos, convênios ou acordos de cooperação dos quais o Conselho, os Tribunais Federais e as Seções Judiciárias sejam partes;
- (E) o Conselho e a Justiça Federal exigirão de seus servidores, no exercício de seus misteres, responsabilidade social e ambiental; no primeiro caso, privilegiando a adoção de práticas que favoreçam a inclusão social e, no segundo, de práticas que combatam o desperdício de recursos naturais e evitem danos ao meio ambiente.

53

De acordo com o Código de Processo Civil, a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios, faz jus à gratuidade da justiça, na forma da lei. Segundo as disposições do Código de Processo Civil, é correto afirmar que o(a):

- (A) gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, vedada a redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento;
- (B) concessão de gratuidade afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais, mas o benefício legal não alcança os honorários advocatícios decorrentes da sucumbência;
- (C) juiz indeferirá, de plano, o pedido de gratuidade de justiça formulado por pessoa natural que não estiver acompanhado de comprovação inequívoca da situação de hipossuficiência econômica;
- (D) assistência do requerente por advogado particular impede a concessão de gratuidade da justiça, por ser incompatível com a alegação de hipossuficiência econômica;
- (E) juiz poderá, conforme o caso, conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

54

Guilherme, juiz federal, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda e a repercussão social da controvérsia posta, admitiu, por decisão irrecorrível, a participação, no processo, de pessoa jurídica especializada, com representatividade adequada, definindo os seus poderes em juízo.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Civil, está-se diante da seguinte modalidade de intervenção de terceiros:

- (A) chamamento ao processo;
- (B) assistência litisconsorcial;
- (C) denúncia da lide;
- (D) assistência simples;
- (E) *amicus curiae*.

55

O Ministério Público Federal foi intimado, em observância às formalidades legais, para intervir como fiscal da ordem jurídica em processo que tramita na Justiça Federal e que envolve litígio coletivo pela posse de terra rural.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- (A) o juiz, findo o prazo para manifestação do Ministério Público sem o oferecimento de parecer, suspenderá o processo, dando conhecimento dos fatos ao órgão correcional da instituição;
- (B) o Ministério Público gozará de prazo triplicado para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal;
- (C) o membro do Ministério Público será civil e solidariamente responsável caso aja com dolo ou culpa no exercício de suas funções;
- (D) o Ministério Público poderá produzir provas, requerer as medidas processuais pertinentes e recorrer;
- (E) o Ministério Público terá vista dos autos antes das partes, sendo intimado dos atos do processo.

56

João, após ser aprovado em um concurso público, buscou se especializar na temática afeta aos métodos apropriados de solução de conflitos. Registre-se que João se interessou pelo método que envolve a atividade desempenhada pelos profissionais que atuam preferencialmente nos casos em que há vínculo anterior entre as partes, auxiliando os interessados a compreender as questões e os interesses em conflito, de modo que eles possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Civil, João se interessou pelo seguinte método apropriado de solução de conflitos:

- (A) arbitragem, mediante cláusula compromissória;
- (B) arbitragem, mediante compromisso arbitral;
- (C) negociação;
- (D) conciliação;
- (E) mediação.

57

Matheus, estudante de Direito, pretende ingressar com uma ação em face da União Federal, motivo pelo qual passou a analisar, detalhadamente, as normas que versam sobre competência e que regem a matéria.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Civil, é correto afirmar que a ação:

- (A) poderá ser proposta no foro de domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, no de situação da coisa ou no Distrito Federal;
- (B) poderá ser proposta na capital de qualquer estado da Federação ou no Distrito Federal;
- (C) deverá ser proposta no foro de domicílio do autor ou no Distrito Federal;
- (D) deverá ser proposta no foro de domicílio do autor;
- (E) deverá ser proposta no Distrito Federal.

58

Fabrcício contratou os serviços de um advogado, o qual, de forma regular, ingressou com uma demanda junto ao Juizado Especial Federal competente. Registre-se que o valor da causa é inferior a sessenta salários mínimos.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 10.259/2001, Fabrcício ingressou, no Juizado Especial Federal, com uma ação:

- (A) que tem por objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidor público civil;
- (B) que tem por objeto a impugnação de sanção disciplinar aplicada a militar;
- (C) para a anulação de ato administrativo federal de natureza previdenciária;
- (D) de divisão e demarcação;
- (E) popular.

59

Após a observância do contraditório e da ampla defesa, Caio, reincidente em crime doloso, foi condenado, na esfera federal, pela prática de diversos delitos, em concurso material, a uma pena final de oito anos e seis meses de detenção. Registre-se que o acusado respondeu ao processo em liberdade.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Caio iniciará o cumprimento da sua pena no regime:

- (A) semiaberto, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento adequado;
- (B) aberto, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento adequado;
- (C) semiaberto, em casa de albergado ou estabelecimento adequado;
- (D) fechado, em casa de albergado ou estabelecimento adequado;
- (E) fechado, em estabelecimento de segurança máxima ou média.

60

João, valendo-se do anonimato e agindo dolosamente, deu conhecimento à Polícia Federal de que Mário, servidor público, atuante junto ao Ministério da Fazenda, estaria desviando uma série de bens públicos em proveito próprio, muito embora soubesse ser o agente inocente. Em razão da notícia, o delegado de polícia, após adotar diligências preliminares, deflagrou inquérito policial em detrimento de Mário, apurando-se, ao final, que a denúncia não tinha qualquer fundamento.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, João responderá pelo crime de:

- (A) comunicação falsa de crime, na modalidade qualificada, pois o agente se valeu do anonimato, com a incidência de uma causa de aumento de pena, por ter imputado a Mário a prática de crime contra a Administração Pública;
- (B) comunicação falsa de crime, na modalidade simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena, por ter imputado a Mário a prática de crime contra a Administração Pública;
- (C) denúncia caluniosa, na modalidade simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena, por ter imputado a Mário a prática de crime contra a Administração Pública;
- (D) denúncia caluniosa, na modalidade qualificada, pois o agente se valeu do anonimato;
- (E) denúncia caluniosa, na modalidade simples, sem causas de aumento de pena.

61

Wagner, policial, se apropriou, em proveito próprio e agindo dolosamente, de joias avaliadas em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) que foram apreendidas em uma operação realizada pela instituição a que pertence. Registre-se que o policial estava na posse dos bens móveis em razão do cargo ocupado.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Wagner responderá pelo crime de:

- (A) peculato mediante erro de outrem;
- (B) corrupção passiva;
- (C) peculato culposo;
- (D) corrupção ativa;
- (E) peculato.

62

João responde, em juízo, pela prática de um crime de competência da Justiça Federal. Deflagrada a audiência de instrução, após a oitiva da vítima e das testemunhas de acusação, Maria, arrolada pela defesa técnica, foi avisada pelo magistrado de que seria ouvida na qualidade de informante, e não na de testemunha, em razão da relação de amizade íntima com o réu. Finda a audiência, ficou evidenciado que Maria mentiu em diversas passagens das suas declarações, embora não tenha ocorrido qualquer prejuízo ao deslinde do processo, já que a sua versão restou isolada.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Maria:

- (A) não responderá por qualquer crime, pois, apesar de a conduta ser formalmente típica, a versão da declarante, isolada nos autos, não prejudicou o deslinde do processo;
- (B) responderá pelo crime de favorecimento pessoal, com a incidência de uma causa de aumento de pena;
- (C) responderá pelo crime de falso testemunho, com a incidência de uma causa de aumento de pena;
- (D) responderá pelo crime de fraude processual, com a incidência de uma qualificadora;
- (E) não responderá por qualquer crime, em razão da atipicidade formal da conduta.

63

Matheus, proprietário de uma pequena loja no interior do estado de Goiás, expõe à venda e mantém em depósito, no exercício de atividade comercial, mercadorias de procedência estrangeira, admitidas, em tese, no Brasil. Contudo, Matheus sabe que as referidas mercadorias, presentes no seu estabelecimento, são produto de introdução clandestina no território nacional, pela via terrestre, não tendo ocorrido o pagamento dos impostos devidos pela entrada dos bens no país.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Matheus responderá pelo crime de:

- (A) contrabando, na modalidade simples, com a incidência de uma causa de diminuição de pena, pois as mercadorias ingressaram no território nacional por meio do transporte terrestre;
- (B) contrabando, na modalidade qualificada, em razão de a conduta ter sido perpetrada no exercício de atividade comercial;
- (C) descaminho, na modalidade qualificada, em razão de a conduta ter sido perpetrada no exercício de atividade comercial;
- (D) descaminho, na modalidade simples, sem causas de aumento e de diminuição de pena;
- (E) contrabando, na modalidade simples, sem causas de aumento e de diminuição de pena.

64

Guilherme, juiz federal, expediu mandado de condução coercitiva para que Daniel, testemunha arrolada pelo Ministério Público Federal, fosse ouvido em juízo. Durante o cumprimento da determinação judicial pelo oficial de justiça de plantão, Daniel o ofendeu severamente, humilhando-o mediante o emprego de diversas palavras depreciativas, relacionadas ao cargo ocupado, embora não tenha se oposto à execução da ordem legal.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Daniel responderá pelo crime de:

- (A) violência arbitrária;
- (B) excesso de exação;
- (C) desobediência;
- (D) resistência;
- (E) desacato.

65

Alice é uma gestora responsável por conduzir melhorias no processo de contratação de fornecedores na organização em que trabalha. Para implantar as melhorias necessárias, ela fez uso do ciclo PDCA (planejar, executar, verificar e agir corretivamente). Neste momento, o ciclo se encontra na etapa de verificação (C). Considerando a fase em que o ciclo PDCA se encontra, é uma ferramenta adequada para apoio à melhoria do processo o(a):

- (A) matriz GUT;
- (B) *brainstorming*;
- (C) diagrama de árvore;
- (D) diagrama de Pareto;
- (E) diagrama de Ishikawa.

66

Certa organização mantém estoque anual médio no valor de R\$ 2.000.000,00 e estoque mínimo estimado em R\$ 400.000,00. Os custos de armazenagem são de 10% ao ano, o custo de capital é de 15% ao ano, e os custos de risco de manutenção do estoque (associados a danos, perdas, obsolescência e deterioração) são de 5% ao ano.

Na situação descrita, o custo anual de manutenção do estoque é de:

- (A) R\$ 300.000,00;
- (B) R\$ 600.000,00;
- (C) R\$ 720.000,00;
- (D) R\$ 2.200.000,00;
- (E) R\$ 2.600.000,00.

67

Certa organização vem enfrentando problemas de descontrole de despesas, necessidade de retrabalho e piora na qualidade de seus produtos. A organização adota, precipuamente, controles posteriores. Sua alta direção quer aprimorar o sistema de controle, adotando controles preventivos e simultâneos, para evitar que os problemas persistam e para que melhorias possam ser adequadamente planejadas.

São formas de controle preventivo e simultâneo, respectivamente:

- (A) regras de limites de gastos; supervisão direta;
- (B) demonstrativos contábeis; auditoria interna;
- (C) testes de qualidade de produtos; controle estatístico de processos;
- (D) códigos de conduta; definição de responsabilidades e atribuições dos cargos;
- (E) testes de seleção de recursos humanos; avaliação de desempenho de funcionários.

68

Carlos é um administrador que trabalha há um ano em uma empresa de comércio varejista. Ele foi contratado assim que saiu da universidade e não teve outro emprego desde então. Carlos sempre considerou que recebia um bom salário e estava satisfeito e motivado com o trabalho. Recentemente, ele soube que um ex-colega de turma da universidade foi contratado para um cargo de administrador em outra área da mesma empresa, recebendo um salário 30% maior que o dele. Com essa informação, Carlos ficou desmotivado e pensa em pedir demissão.

Com base na teoria motivacional da equidade/justiça organizacional, a situação ilustra uma percepção de inequidade a partir do ponto de referência:

- (A) próprio-interno;
- (B) próprio-externo;
- (C) outro-equivalente;
- (D) outro-externo;
- (E) outro-interno.

69

João é gestor de uma pequena empresa e precisa adquirir um automóvel para a entrega de pequenos volumes aos clientes. Ele quer decidir entre dois modelos de automóveis de diferentes fabricantes. João se lembra de que, há pouco tempo, um dos fabricantes fez um *recall* amplamente divulgado nos meios de comunicação devido a problemas nos amortecedores de um modelo de sua linha de caminhões. Dando forte peso a essa informação, ele decide optar por comprar o automóvel do outro fabricante.

A heurística utilizada por João em seu processo de tomada de decisão é conhecida como:

- (A) disponibilidade;
- (B) representatividade;
- (C) ancoragem e ajustamento;
- (D) escalada de comprometimento;
- (E) insensibilidade ao tamanho da amostra.

70

Certa agência de um órgão público responsável pela emissão de documentos de identificação que presta atendimento diretamente aos cidadãos quer melhorar o controle de seus processos internos, com vistas à melhoria da eficiência e da eficácia.

No contexto descrito, são um indicador de eficiência e um de eficácia adequados, respectivamente:

- (A) nível de satisfação dos clientes atendidos; número de documentos emitidos;
- (B) número de atendimentos por funcionário; custo unitário médio dos documentos emitidos;
- (C) taxa de documentos emitidos com erro; tempo médio de atendimento;
- (D) tempo médio de emissão de documentos; número de pessoas atendidas;
- (E) nível de satisfação dos funcionários; nível de motivação dos funcionários.

71

Maria é uma administradora que está se candidatando a um cargo na área comercial de certa organização. As atribuições do cargo são: estabelecer metas de vendas aos funcionários da equipe; distribuir a força de vendas por área atendida pela empresa; atribuir prêmios aos melhores vendedores.

As atribuições do cargo estão relacionadas, respectivamente, às seguintes funções da administração:

- (A) direção; organização; direção;
- (B) direção; planejamento; organização;
- (C) planejamento; organização; organização;
- (D) planejamento; planejamento; direção;
- (E) planejamento; organização; direção.

72

Departamentalização é o “processo de diferenciação horizontal que consiste em agrupar e integrar tarefas, atividades e funcionários em unidades organizacionais para melhor coordenar as atividades” (Sobral e Peci, 2013, p. 260). Os critérios adotados no processo de departamentalização dão origem a diferentes tipos de departamentalização, com vantagens e desvantagens a eles associadas.

São uma desvantagem da departamentalização funcional e da departamentalização por cliente, respectivamente:

- (A) dificultar a coordenação intradepartamental; reduzir a produtividade da organização como um todo;
- (B) induzir à lentidão no processo decisório; reduzir a qualidade dos produtos devido à ênfase na redução do preço aos clientes;
- (C) dificultar a coordenação interdepartamental; aumentar os custos operacionais devido à redundância de funções;
- (D) reduzir a comunicação entre os diversos departamentos; dificultar a construção de uma visão voltada ao mercado;
- (E) dificultar a especialização; tornar o objetivo de lucratividade secundário em relação ao atendimento às necessidades dos clientes.

73

O mapeamento de competências dos membros de certa equipe evidenciou que o grupo, como um todo, precisa desenvolver as seguintes capacidades: cooperação; fundamentos de finanças corporativas.

Considerando os tipos de capacidades a serem desenvolvidas, são métodos de capacitação adequados, respectivamente:

- (A) desenvolvimento de equipes; rotação de cargos;
- (B) *coaching*; treinamento a distância (EAD);
- (C) mentoria (*mentoring*); rotação de cargos;
- (D) desenvolvimento de equipes; mentoria (*mentoring*);
- (E) treinamento em sala de aula; participação em projetos especiais da organização.

74

A função planejamento é exercida pelos administradores nos três níveis organizacionais: estratégico, tático e operacional. Sobre o planejamento em seus diversos níveis, analise as afirmativas a seguir.

- I. O planejamento operacional está fortemente associado ao conceito de eficácia.
- II. O planejamento tático tem foco em tarefas rotineiras e caráter permanente.
- III. O planejamento estratégico considera o ambiente externo em que a organização está inserida.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) I e III.

75

Em decorrência da publicação de normativo do Poder Executivo impondo limitação de empenho no último bimestre de um exercício financeiro, uma entidade do orçamento fiscal ficou sem dotação suficiente para parte das suas despesas em curso, a exemplo de um contrato continuado de prestação de serviço de limpeza e conservação. Em decorrência disso, a entidade encerrou o exercício com serviços medidos e atestados na ordem de R\$ 2,3 milhões, sem o devido registro do empenho da despesa.

No exercício seguinte, tais despesas devem ser:

- (A) cobertas com recursos do superávit financeiro do exercício de sua competência;
- (B) inscritas em restos a pagar não processados a liquidar;
- (C) lançadas mediante descentralização de créditos orçamentários;
- (D) processadas por meio da abertura de créditos adicionais;
- (E) registradas nas categorias de natureza da despesa original, exceto quanto ao elemento.

76

Nas últimas legislaturas, a prerrogativa de alterar a proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) por meio de emendas reconfigurou a arena de disputa pela alocação dos recursos orçamentários discricionários, com a cláusula de impositividade.

Sob a perspectiva do seu formato e conteúdo, emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual NÃO deverão ser aprovadas se:

- (A) desconsiderarem a aplicação mínima de recursos nas áreas de saúde e educação;
- (B) estiverem relacionadas com a correção de erros;
- (C) forem incompatíveis com as disposições do planejamento estratégico vigente;
- (D) indicarem recursos provenientes de anulação de despesa;
- (E) restarem comprovados impedimentos de ordem técnica, tais como recessão econômica.

77

Na etapa de preparação da proposta orçamentária para o próximo exercício financeiro de um ente público, apurou-se que as receitas do orçamento da seguridade social foram estimadas em R\$ 11,8 bilhões, enquanto as despesas para esse mesmo orçamento eram da ordem de R\$ 17,2 bilhões.

Nesse cenário, o Manual Técnico de Orçamento (MTO) orienta que a complementação dos recursos para financiar a totalidade das despesas da seguridade social provém de(o):

- (A) operações de crédito contratuais autorizadas;
- (B) reestimativa das receitas vinculadas;
- (C) transferências do orçamento fiscal;
- (D) orçamento de investimento das empresas;
- (E) superávit financeiro apurado no exercício anterior.

78

Após assumir a gestão da Secretaria de Planejamento de um ente público, o secretário, com sólida formação técnica na área, reuniu a equipe logo nos primeiros dias para compartilhar a sua concepção de planejamento orçamentário. Em sua fala inicial, ele assegurou que o orçamento do ente não seria uma peça de ficção, mas um efetivo plano financeiro global, de modo que o Poder Legislativo e toda a sociedade tivessem uma demonstração completa e fidedigna das despesas nele autorizadas, bem como os recursos para sua cobertura.

É correto afirmar que a fala do secretário está associada ao princípio orçamentário do(a):

- (A) equilíbrio;
- (B) especificação;
- (C) unidade;
- (D) uniformidade;
- (E) universalidade.

79

A Secretaria de Orçamento Federal (SOF) recebeu uma série de denúncias sobre destinação irregular de recursos do orçamento federal do exercício anterior que foram aplicados por outros entes da Federação e suas respectivas entidades em ações da área da cultura. Para iniciar uma apuração dessas denúncias, o secretário da SOF pediu um levantamento detalhado de todas as despesas que se enquadravam nesses critérios.

Para isso, foi consultada a classificação da despesa da referida área por:

- (A) elemento de despesa;
- (B) grupo de natureza de despesa;
- (C) identificador de uso;
- (D) modalidade de aplicação;
- (E) órgão e unidade orçamentária.

80

A Lei Orçamentária Anual (LOA) deve ser apresentada de tal forma que permita avaliar, de um lado, as fontes de recursos públicos no universo dos contribuintes e, de outro, os beneficiários desses recursos, em termos de políticas públicas.

Para assegurar que a ação governamental seja concretizada conforme autorização dada pelo Poder Legislativo, o texto constitucional dispõe que:

- (A) a administração tem o dever de executar as programações orçamentárias;
- (B) as diretrizes orçamentárias devem garantir o equilíbrio entre receitas e despesas;
- (C) as metas fiscais podem ser alteradas somente até a aprovação do orçamento do exercício seguinte;
- (D) o orçamento fiscal deve alocar os recursos necessários, exceto quando houver impedimentos de ordem técnica;
- (E) os planos e programas setoriais devem ser elaborados em consonância com o plano plurianual.

Prova Discursiva

Problemas do país

Se você se pergunta quais são os três maiores problemas sociais no Brasil hoje, nossa resposta é que são muito mais que esse número. Pobreza, desemprego, desigualdade de oportunidades, racismo e desnutrição são alguns dos principais problemas sociais no Brasil. Podemos citar também a habitação precária, a discriminação no emprego, o abuso e negligência infantil e tantos outros.

Considere os seguintes tipos de problemas sociais com os quais nosso país se depara diariamente: saúde, moradia, educação, desemprego, drogas, violência, saneamento básico, desigualdade social, trabalho infantil, fome, desmatamento e racismo.

Na sua opinião, qual desses problemas é o mais grave no nosso país e que medidas podem ser tomadas para reduzir suas consequências? Diga o que você pensa a respeito em um texto dissertativo-argumentativo, em linguagem culta.

Valor: 20 pontos

Mínimo de 15 e máximo de 20 linhas.

1

5

10

15

20

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

